

Restrição externa revive risco do “stop and go”

Econ. Brazil

Antônio Corrêa de Lacerda *

As condições para a retomada do crescimento econômico em bases sustentadas, após dois anos de estagnação do produto e duas décadas de estagnação do produto per capita, têm suscitado intenso debate. Isso traz um aspecto positivo, à medida que se começa a esboçar uma discussão mais ampla sobre as condições estruturais da economia brasileira, algo que extrapola a abordagem conjuntural, da qual nos tornamos reféns, com a política econômica em prática no primeiro mandato do atual governo.

A desvalorização cambial alterou positivamente a agenda e a expectativa sobre o comportamento do nível de atividade econômica. Há evidente melhora no desempenho do valor agregado local, por meio da substituição de importações ou da ampliação quantitativa das exportações. O comportamento dos preços internacionais, que deterioraram as relações de troca desfavoravelmente ao Brasil, tem impedido que esse resultado se reflita mais intensamente no desempenho da balança comercial.

A nova substituição de importações se dá, em princípio, em setores de tecnologia tradicional e que foram fortemente afetados pela valorização cambial dos últimos anos. Nesse caso se encaixam, entre outros, os têxteis, calçados e bens de consumo em geral,

onde já existe uma base instalada, um relativo domínio da tecnologia e economia de escala para atendimento do mercado interno, além do extremo.

Quanto às exportações, a questão é mais complexa. Em primeiro lugar, o aumento da disposição de oferta por parte dos produtores brasileiros não significa, automaticamente, a demanda dos importadores no mercado internacional. Além disso, o baixo crescimento do comércio mundial, a queda dos preços dos bens transacionáveis, especialmente “commodities” agrícolas, e o efeito das desvalorizações dos asiáticos que tem provocado quedas de preços de mercado implicam que nem sempre maiores volumes de mercadorias exportadas signifiquem maior receita.

Uma análise pormenorizada dos dados do desempenho da balança comercial deste ano, especialmente na área

agrícola, nos revela que, para um aumento de 7,6% no volume em toneladas exportado, a receita em dólares caiu quase 10%. Ou seja, na balança agrícola

houve uma perda da receita de cerca de 18%. Como nas importações houve um aumento dos preços do petróleo, é significativa a deterioração dos termos de troca, o que foi determinante para que não se gerasse um superávit na balança comercial deste ano.

Os dados mais recentes apontam para uma tendência de crescimento do volume global exportado. A Fundação

Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) analisou o desempenho deste ano e detectou um crescimento de 5,8% no volume (quantum) exportado no terceiro trimestre deste ano. Tudo leva a crer que o desempenho do último trimestre será também significativo, o que nos permite vislumbrar para o ano vindouro um superávit de US\$ 4 bilhões de dólares, considerando-se os efeitos da recuperação da economia asiática e uma reversão da situação de preços atualmente desfavorável à pauta brasileira de exportação. É uma melhora significativa, mas insuficiente, para minimizar a restrição externa.

Nesse sentido, é preciso destacar que nos dois casos, tanto na substituição de importações quanto no que se refere ao assunto exportações, a desvalorização cambial é uma condição necessária mas não suficiente para garantir o rompimento da restrição externa decorrente dos erros da política econômica dos últimos anos, especialmente a valorização do câmbio, a ausência de uma política de desenvolvimento (entendida como a articulação da política industrial, comercial, ciência e tecnologia, etc.) e os elevados juros, o que determinou um processo de inserção passiva do Brasil no cenário internacional.

Além da estagnação da economia e o consequente aumento da quebra de empresas, da inadimplência elevada e do crescimento do desemprego, um

dos principais efeitos da política econômica pós-real está no aumento significativo do déficit em transações correntes, que cresceu de um resultado praticamente de equilíbrio quando da introdução da nova moeda, em 1994, evoluindo para um nível superior a 4% do PIB, resultado que ainda persiste.

E aí temos não só o efeito do déficit na balança comercial, como também, e principalmente, o dos serviços, com destaque para os juros, a remessa de lucros e dividendos das empresas

transacionais, a conta de viagens internacionais e os gastos com fretes e seguros. Desses itens, somente o último, tendo em vista sua elasticidade relativamente à desvalorização, tem condições de reverter-se, como de fato já vem ocorrendo. A redução do déficit em transações correntes deste ano, portanto, é fruto direto da desvalorização cambial, da diminuição do déficit comercial e das despesas de fretes e seguros, além dos gastos de viagens internacionais.

Mas a questão central é que, em condições internas e externas diferentes, retomamos, neste final da década de 90, a restrição externa vivida pelo Brasil no início dos anos 80, em que o comportamento “stop and go” da economia brasileira foi determinante para o resultado da década perdida. O avanço do passivo externo líquido, que cresceu de US\$ 168 bilhões em 1993 para US\$ 324 em 1998, justa-

mente no momento em que os efeitos das crises asiática e russa tornavam o financiamento aos países em desenvolvimento mais seletivo.

Embora em 1999 deva ocorrer uma diminuição substantiva do déficit em transações correntes medido em números absolutos, tal fato será quase imperceptível em termos relativos (em porcentagem do PIB), já que, expresso em dólares, o valor do PIB diminuirá substancialmente pelo efeito da desvalorização cambial (de cerca de US\$ 800 bilhões em 1998 para menos de US\$ 600 bilhões em 1999).

A questão é que há um desequilíbrio estrutural da balança de serviços de corrente principalmente da conta de juros e da remessa de lucros e dividendos que, para ser compensado, depende fundamentalmente de um superávit na balança comercial. Ou seja, para eliminar a restrição externa ao crescimento, é fundamental que

as exportações cresçam acima das importações e do nível de atividade.

Nesse sentido, as exportações são imprescindíveis para a economia

brasileira, não só pelo efeito na ampliação da produção, da renda e do emprego, mas também, e sobretudo, para diminuir a nossa vulnerabilidade externa representada pelo resistente déficit em transações correntes do balanço de pagamentos, especialmente pela rigidez na conta de serviços. Assim, não se trata de dicotomia, ou da escolha entre mercado interno e exter-

no, mas de uma situação em que a evolução do nível de atividades do mercado interno depende do desempenho exportador, já que a restrição externa impede o crescimento sustentado da economia, como de fato ocorre desde o início da década de 80.

Quanto à condução da política econômica e suas opções, a experiência dos últimos meses deixou algumas lições. Apesar de tardia e realizada de maneira atabalhoadas, a desvalorização cambial trouxe uma nova dinâmica para a economia brasileira e a oportunidade de uma virada na política econômica, de forma a compatibilizar estabilização de preços com uma política de desenvolvimento.

Isso não vai ocorrer de forma automática. É algo que requer perícia no manejo dos instrumentos e comprometimento do setor privado. Temos de adotar um conjunto de políticas ativas

voltadas para as áreas agrícolas, industrial e de serviços, agregando elementos da ciência e tecnologia e conduzindo corretamente a política comercial, sobretudo

nos grandes foros internacionais. É preciso fomentar a melhora do conteúdo tecnológico dos produtos brasileiros de exportação e ampliar a promoção comercial nos mercados dinâmicos onde o País possua condições de competitividade. ■

* Presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon).



O desempenho das exportações melhorou muito, mas isso ainda é insuficiente para reduzir a restrição externa